

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 37 - MARÇO DE 2017

Fotos: Macloys Aquino



UFG tenta qualificar a extensão

Parâmetros são difíceis de medir, mas projetos são bem avaliados no Proext. **Páginas 12 e 13**

‘Sinto muito, mas vamos ter de cobrar mensalidade’

Em audiência com diretores do Proifes-Federação, a secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, deixa clara a política do governo para as Ifes

Páginas 8 e 9

Africanidades



Moussa Diabaté, professor do Mali, em seminário que reuniu africanos na Regional Catalão

Página 5

HORAS NÃO SERÃO MAIS CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO NO SICAD **Página 5**

ENTENDA A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA **Página 7**

EDITORIAL

Autoritarismo X autonomia

Desde 2015 as universidades federais não conseguem incorporar o dinheiro excedente que geram com prestação de serviços, concursos e inclusive cursos pagos (como os cursos *Lato Sensu*) a seus orçamentos. As instituições estão sem autonomia para gerir os recursos próprios desde a volta do discurso, tão propalado nos anos 90, que defende a cobrança de mensalidades nas Ifes. É um contrassenso.

A ideia de cobrar no ensino público superior dialoga com outras medidas, como a Reforma da Previdência, que tem como um dos pontos mais negativos a redução no valor a ser recebido na aposentadoria. As justificativas são as mesmas, tanto em um como noutro caso: cobrir o déficit orçamentário da União. Caso contrário, ale-

ga o governo, teremos cortes de investimentos em saúde, educação, em programas sociais. O vai e vem desse discurso ao longo dos últimos 20 anos mostra, no entanto, que não se trata de uma questão de economia, mas de política governamental.

As mudanças no cenário nacional são negativas, mas internamente o Adufg Sindicato se reestrutura para ter mais força. O novo estatuto foi aprovado e votações serão feitas em urnas físicas ou por meios eletrônicos. A alteração vai incentivar mais participação de docentes, principalmente das regionais Catalão, Jataí e Cidade de Goiás, nas tomadas de decisões.

Tenha uma boa leitura.

Adufg prestação de contas / informe jurídico

SINDICATO

Janeiro de 2017

| 1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros | | |
|---|--|-------------------|
| 1.1 | Contribuição Filiados - Mensalidades | 300.806,70 |
| 1.2 | Ingressos, Eventos e Festas | 0,00 |
| 1.3 | Receita com Pró Labore Seguro de Vida | 1.782,26 |
| 1.4 | Receitas Financeiras | 9.549,30 |
| 1.5 | Outras Receitas | 1.190,28 |
| 1.6 | Resgate de aplicações financeiras | 32.094,66 |
| 1.6.1 | IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-) | 73,47 |
| Total R\$ | | 345.349,73 |

| 2 Custos e Despesas Operacionais | | |
|----------------------------------|---------------------------------|------------------|
| 2.1 | Despesas com Pessoal | |
| 2.1.1 | Salários e Ordenados | 36.918,87 |
| 2.1.2 | Encargos Sociais | 34.167,42 |
| 2.1.3 | Seguro de Vida | 516,66 |
| 2.1.4 | Outras Despesas com Pessoal | 1.615,65 |
| 2.1.5 | Ginástica Laboral | 550,00 |
| 2.1.6 | Férias, 13º salário e Rescisões | 0,00 |
| 2.1.7 | PIS s/ Folha de Pagto. | 1.047,37 |
| Total R\$ | | 74.815,97 |

| 2.2 Serviços Prestados por Terceiros | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| 2.2.1 | Cessão de Uso de Software | 4.837,37 |
| 2.2.2 | Despesas com Correios | 6.205,10 |
| 2.2.3 | Energia Elétrica | 2.652,22 |
| 2.2.4 | Honorários Advocatícios | 6.350,00 |
| 2.2.5 | Honorários Contábeis | 3.080,00 |
| 2.2.6 | Locação de Equipamentos | 465,95 |
| 2.2.7 | Serviços Gráficos | 31.761,50 |
| 2.2.8 | Honorários de Auditoria | 1.123,38 |
| 2.2.9 | Tarifas Telefônicas e Internet | 2.508,45 |
| 2.2.10 | Hospedagem/manutenção/layout do site | 2.880,00 |
| 2.2.11 | Vigilância e Segurança | 313,50 |
| 2.2.12 | Comunicação/Rádio/TV/Jornal | 0,00 |
| 2.2.13 | Serviços de Informática | 1.500,00 |
| 2.2.14 | Outros Serviços de Terceiros | 300,00 |
| 2.2.15 | Água e Esgoto | 550,46 |
| Total R\$ | | 64.527,93 |

| 2.3 Despesas Gerais | | |
|---------------------|--|------------------|
| 2.3.1 | Combustíveis e Lubrificantes | 1.836,25 |
| 2.3.2 | Despesas com Táxi | 431,56 |
| 2.3.3 | Despesas com Coral | 2.660,81 |
| 2.3.4 | Despesas com Grupo Travessias | 0,00 |
| 2.3.5 | Diárias de Viagens | 7.081,30 |
| 2.3.6 | Tarifas Bancárias | 203,60 |
| 2.3.7 | Lanches e Refeições | 1.633,81 |
| 2.3.8 | Quintart | 0,00 |
| 2.3.9 | Patrocínios e Doações | 5.541,80 |
| 2.3.10 | Manutenção de Veículos | 2.066,00 |
| 2.3.11 | Festas /Reuniões | 0,00 |
| 2.3.12 | Festa Final de Ano | 0,00 |
| 2.3.13 | Passagens Aéreas e Terrestres | 79,00 |
| 2.3.14 | Gêneros de Alimentação e Copa | 796,19 |
| 2.3.15 | Despesas com manutenção Sede Campestre | 5.609,76 |
| 2.3.16 | Hospedagens Hotéis | 603,00 |
| 2.3.17 | Material de expediente | 252,00 |
| 2.3.18 | Outras despesas diversas | 1.544,79 |
| 2.3.19 | Manutenção e Conservação | 2.271,34 |
| 2.3.20 | Homenagens e Condecorações | 0,00 |
| 2.3.21 | Despesas com Sede Adm. Jataí | 2.067,64 |
| 2.3.22 | Despesas com cursos para aposentados | 0,00 |
| 2.3.23 | Cópias e autenticações | 6,02 |
| 2.3.24 | Sabadart/Festa de Final de Ano Jataí | 240,00 |
| 2.3.25 | Despesas com Greve/ Manifestações | 0,00 |
| 2.3.26 | Despesas com Espaço Saúde | 228,14 |
| 2.3.27 | Despesas com atividades do Espaço Cultural | 0,00 |
| 2.3.28 | Despesas com processos jurídicos | 629,24 |
| Total R\$ | | 35.782,25 |

| 2.4 Despesas Tributárias | | |
|--------------------------|--|-----------------|
| 2.4.1 | IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões | 4.494,65 |
| 2.4.2 | Outras Despesas Tributárias | 701,55 |
| Total R\$ | | 5.196,20 |

| 2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições | | |
|--|---------------------------------------|------------------|
| 2.5.1 | Repasse para C/C Fundo Social | 0,00 |
| 2.5.2 | CUT - Central Única dos Trabalhadores | 0,00 |
| 2.5.3 | Proifes Federação | 25.110,00 |
| Total R\$ | | 25.110,00 |

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 205.432,35

3 Resultado do exercício 01.2017 (1-2) 139.917,38

| 4 Atividades de Investimentos | | |
|-------------------------------|----------------------------|------------------|
| 4.1 | Imobilizado | |
| 4.1.1 | Construções e Edificações | 0,00 |
| 4.1.2 | Máquinas e Equipamentos | 15.458,34 |
| 4.1.3 | Veículos | 0,00 |
| 4.1.4 | Móveis e Utensílios | 0,00 |
| 4.1.5 | Computadores e Periféricos | 0,00 |
| 4.1.6 | Outras Imobilizações | 0,00 |
| Total R\$ | | 15.458,34 |

| 4.2 Intangível | | |
|------------------|-------------------------------------|-----------------|
| 4.2.1 | Programas de Computador | 0,00 |
| 4.2.2 | Investimentos com Marcas e Patentes | 2.000,00 |
| Total R\$ | | 2.000,00 |

| 4.3 Aplicações Financeiras | | |
|----------------------------|---------------|-------------------|
| 4.3.1 | Aplicação CDB | 120.000,00 |
| Total R\$ | | 120.000,00 |

Total Geral dos Investimentos R\$ 137.458,34

5 Resultado Geral do exercício 01.2017 (3-4) 2.459,04

Ações coletivas protocoladas em 2016

Pagamentos e correções de exercícios anteriores

- Representados: todos os sindicalizados.
- Situação: ação julgada procedente em primeira instância. UFG recorre da sentença. O processo foi remetido ao TRF 1 para apreciação dos recursos.

Retroatividade de progressões e promoções

- Representados: todos os sindicalizados.
- Situação: ação julgada procedente em primeira instância e se encontra com a parte requerida (UFG) para, caso queira, ajuizar recurso. O sindicato recorre da parte que julgou prejudicial aos docentes.

Diferença no cálculo do artigo 192

- Representados: docentes titulares e adjuntos aposentados antes da criação da classe de associado.
- Situação: ação ajuizada e determinada a intimação da UFG para apresentar contestação.

Possíveis ações judiciais individuais

Licenças-prêmio indenizadas

Docentes que se aposentam sem ter gozado as licenças-prêmios e que não as tenham utilizado para a aposentadoria podem cobrar em dinheiro estas licenças. Cada 30 dias de licença-prêmio representa o salário bruto do mês anterior à aposentadoria, sem desconto de imposto de renda e contribuição previdenciária, por se tratar de verba indenizatória. Documentos necessários para ajuizar ação: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, portarias de concessão de licenças prêmio, fichas financeiras do ano em que se deu a aposentadoria, portaria de aposentadoria, mapa de tempo de serviço considerado para a aposentadoria e para o abono permanência, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Retroatividade das progressões e promoções

Progressões e promoções podem ter gerado prejuízos financeiros na contagem do tempo de interstício. O Adufg recomenda que docentes procurem a Assessoria Jurídica para analisar esses processos, porque pode haver necessidade de ajuizamento de ação. Documentos necessários: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, cópia do processo administrativo de progressão/promoção funcional, fichas financeiras dos últimos cinco anos, portaria de progressão/promoção, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Valores reconhecidos administrativamente (exercícios anteriores) e não pagos

A UFG vem reconhecendo valores atrasados que deveriam ter sido pagos em anos anteriores ao da decisão administrativa que os reconheceu. No entanto, quando efetuado, o pagamento é feito em valor histórico (sem correção). Entretanto, valores reconhecidos há anos não foram pagos e não há previsão de data para pagamento. Sendo assim, é possível encaminhar medida judicial para satisfação dos valores atualizados. Documentos necessários: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, processo administrativo em que houve o reconhecimento dos valores, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Atendimento

Relacionado às áreas cível e consumerista:

- Segunda-feira, das 8h às 12h.
- Local: Sede Administrativa do Adufg Sindicato

Relativo ao funcionalismo:

- Quinta-feira, das 14h às 18h.
- Sexta-feira, das 8h às 12h.
- Local: Sede Administrativa do Adufg Sindicato

Demais assuntos:

- Terça e quarta-feiras, das 8h às 12h;
Local: sede do escritório Eliomar Pires e Ivoneide Escher: Av. T-1, 1473 - St. Bueno, Goiânia. Telefone (62) 3251-7304
Email: juridico@adufg.org.br



18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 37
Março de 2017

Prof. Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636/GO)
Coordenadora de Comunicação

Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)
Edição e reportagem

Bárbara Zaiden (JP 03228/GO)
Reportagem

Ariel Franco e Stefanny Alves
(Estagiários)

Bruno Cabral
Diagramação

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão: Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br
9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás
(62) 3202-1280



Ana Carolina Rocha
Pessoa Temer*

A jornalista mulher: singularidades e desafios

As faculdades de jornalismo que existem hoje no Brasil, e ousar dizer, na América Latina, são espaços femininos, ou pelo menos predominantemente femininos. As pesquisas sobre o perfil dos jornalistas brasileiros apontam que as mulheres são hoje maioria nos cursos de jornalismo, uma realidade que também se reflete nas redações jornalísticas e começa a mudar o perfil também das chefias e lideranças profissionais.

Claro, trata-se de um perfil ainda em processo de transformação. Embora as gerações recentes convivam com essa realidade, a rapidez desta mudança ainda causa certo espanto entre os jornalistas que atualmente fazem as contas para ver como vão resistir (ou não) às novas propostas para aposentadoria. A referência, além de um brevíssimo protesto, é apenas para questionar se os avanços oficiais são acompanhados por mudanças reais na vida das mulheres jornalistas. Porque as dificuldades, a dupla jornada de trabalho, a necessidade de ser muito melhor que seus colegas do sexo masculino para ser considerada competente, o fato de estar sempre em segundo lugar na hora de receber pautas importantes ou ser convidada para assumir cargos de direção, ainda sobrevive nas redações, equipadas com virtualidades e equipamentos digitais.

E se existe um lugar para isso ser inadequado é no jornalismo. Enquanto atividade profissional, o jornalismo surge a partir da dinâmica das grandes cidades contemporâneas, como parte importante do sistema de circulação de informações nas aglomerações urbanas. As transformações da cidade em grandes metrópoles sofisticadas e entremeada pela tecnologia, obriga o jornalismo a conviver cotidianamente com mudanças sociais e estruturais. O jornalismo, portanto, deve estar sempre na vanguarda senão destas mudanças, pelo menos na compreensão destas mudanças. Isso inclui entender as transformações que culminaram com a presença em grande número da mulher no mercado de trabalho e, em particular, nas redações jornalísticas.

Os registros de mulheres pioneiras atuando em redações nos EUA remontam ao Século XVII, como tipógrafas ou proprietárias de prensa. Mas somente no Século XIX, após a Guerra de Secessão (1868), foi registrada a primeira reportagem geral produzida por uma mulher: Emily Bettey, uma repórter pelo *New York Sun*. Um dos marcos da presença das mulheres no jornalismo ocorre entre a segunda metade do Século XIX nos Estados Unidos, quando as *stunt girls* usam o disfarce para a elaboração de suas reportagens.

Nesta época, as mulheres representavam pouco mais de 2% dos jornalistas atuantes nos EUA, mas o seu método foi primeiro questionado, alegando-se falta de objetividade, e posteriormente copiado pelos *muckrakers*, homens que mais tarde seriam considerados os criadores do jornalismo investigativo. A história tem um conteúdo claro: as ideias das mulheres são arriscadas ou pouco objetivas, mas quando apropriadas pelos jornalis-

tas “sérios”, tornam-se ponto de partida para a aventura dos desbravadores.

Nada indica que no Brasil a situação da mulher jornalista fosse diferente. As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. (Casadei, 2011). Mesmo nos anos 1970, no auge do movimento feminista, o ambiente da redação era considerado insalubre, local de piadas sujas e violentos conflitos verbais pouco recomendados na presença feminina. A própria fundamentação de que “a notícia não tem hora para acontecer” servia como pretexto para afastar as mulheres, que não podiam (não deviam?) circular à noite, conviver com a violência das ruas, frequentar os bastidores da política ou ir aos vestiários dos campos de futebol - coisas sobre as quais, aliás, não entendiam (sic).

Mas apesar das dificuldades e discriminações, as mulheres jornalistas seguiram conquistando espaço. Inicialmente alocadas em suplementos femininos e setores do jornalismo considerados de pouco prestígio ou de menor importância, aos poucos elas foram avançando, eventualmente brigando contra o discurso dos chefes e colegas, que diziam proteger as mulheres designando para elas as tarefas mais fáceis, nas quais correriam menos riscos, mas nas quais tinham menos brilho.

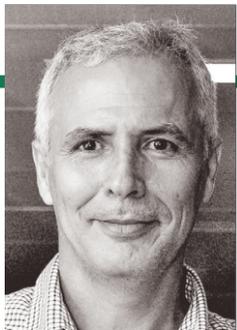
Esse, aliás, parece ser o desafio que irão enfrentar as jovens jornalistas: vencer o preconceito travestido de cuidado, a discriminação velada. Não será fácil, mas as mulheres têm como ponto de partida a noção de que a verdadeira democracia exige aceitar as diferenças como naturais, sem que isso gere estigmas e na exigência do respeito sem medo. Trabalhando a partir desta percepção, as mulheres jornalistas estão efetivamente mudando seu mercado de trabalho, e neste caminho, mudando para melhor o próprio jornalismo. Mas esse já é assunto para outra conversa.

Referências

CASADEI, Eliza Bacheга. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XI**. REVISTA ALTEJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 02, Volume 01, Edição 03, Janeiro-junho de 2011.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, Universidade Federal de Santa Catarina; Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas.

*Professora da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG)



Noé Freire Sandes*

Teorias da conspiração ameaçam o regime democrático

Em momentos de crise política, há uma generalizada desconfiança em torno das narrativas oficiais acerca dos acontecimentos traumáticos divulgadas pela mídia ou mesmo por meio do trabalho de historiadores, cuja reflexão está necessariamente assentada no seu lugar social e político.

Em agosto de 1954, o suicídio de Vargas motivou inúmeras versões que afirmavam que o presidente teria sido assassinado. Essas versões foram divulgadas em circuito privado, pois apelavam para a imaginação popular, sem qualquer exigência de prova documental. A carta-testamento na verdade teria sido editada, pois apenas um fragmento dela teria sido escrito pelo próprio presidente. Assim a ideia de uma conspiração ganhava peso no imaginário social dos brasileiros aturdidos com a crise política no fatídico agosto de 1954.

Com o golpe de 1964, os militares perceberam a necessidade de anular a presença de atores políticos com grande apoio popular: Jango e Juscelino foram cassados e nem mesmo Carlos Lacerda foi poupado. Além da cassação dos direitos políticos, Jango e Juscelino foram vigiados permanentemente pelas forças da repressão. Jango estabelecido no Uruguai foi alvo de investigadores e Juscelino morreu em um acidente automobilístico. Logo surgiram versões que o acidente fora premeditado. A morte de João Goulart também foi envolvida por mistérios. Um acidente aéreo vitimou o presidente Castelo Branco, um choque de aviões, acidente que parece pouco provável que motivou a morte do presidente. Mais uma vez surgiu o boato de que o acidente também fora premeditado.

Atualmente, com as inquietações produzidas pela investigação da operação Lava-Jato, mais uma vez a crise política se abateu sobre a classe política que pela primeira vez sentiu a ameaça: as grades da prisão. A morte do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, em um acidente aéreo, mais uma vez suscitou teorias conspiratórias. A revista Carta Capital, em 20 de janeiro de 2017, publicou matéria com o seguinte título: “Morte de Teori Zavascki inspira teorias da conspiração”. E acrescenta: “há relato do ministro acerca de ameaças sofridas”. Entretanto, no corpo da matéria não há detalhes sobre as supostas ameaças, mas o relato do filho do ministro corrobora as teorias conspiratórias: “Eu, sinceramente, torço para que tenha sido um acidente. Acho que seria muito ruim para o país saber que meu pai foi assassinado, disse Francisco Zavascki à imprensa”. Por fim, a revista afirma que “o delegado federal Marcio Adriano Anselmo, uma das principais figuras na força-tarefa da Lava Jato, pediu uma

investigação a fundo do acidente, ocorrido na véspera da homologação da colaboração premiada da Odebrecht”.

Com esses ingredientes é aberto um leque de possibilidades para a criação de teorias conspiratórias, fundamentadas em boatos, fantasias e suposições. É impossível provar que uma conspiração não existe e qualquer prova contra a teoria pode ser interpretada por seus seguidores como parte da conspiração.

A reflexão do historiador é sempre fundamentada pela pesquisa em arquivos e as fontes de pesquisa que devem ser explicitadas no corpo do texto. Portanto, não há base histórica para fundamentar tais teorias, embora seja possível refletir sobre o nível de ansiedade presente

na sociedade brasileira aturdida com reformas que modificam as expectativas de milhares de brasileiros. A queda do governo Dilma também é motivo para teorias conspiratórias, sempre alimentadas pela sombra do golpe parlamentar que motivou o processo de *impeachment*. Golpes fazem parte da rotina dos movimentos de deposição de presidentes no Brasil: Washington Luís em 1930, Vargas em 1945, Jango em 1964. Essas deposições contaram com o apoio das forças armadas e o poder da coalizão das forças conservadoras. No caso da presidente Dilma, a coalizão conservadora e midiática dispensou o uso da força coercitiva, mas os rastros das negociatas deixados por Cunha sugerem a existência de um jogo sujo, que também pode ser considerado um golpe.

Certamente, há grande expectativa na sociedade brasileira para que se realize uma reforma capaz de restabelecer a confiança na democracia. A expectativa de uma nova eleição é fundamental para a percepção de que enfim conquistaremos alguma estabilidade, pois teremos um governo legitimado pelas urnas e capaz de restaurar a confiança na classe política, ora atolada em denúncias, bem como em um governo capaz de representar os interesses dos eleitores. Boatos, divulgados nas redes

sociais, sugerem a existência de um golpe dentro do golpe que ameaçaria o processo eleitoral. Sem a clara manifestação da vontade popular permaneceremos em constante instabilidade, envolvidos em um clima conspiratório que ameaça a estabilidade do regime democrático. Creio que o momento é de mobilização pela garantia da democracia e das eleições no próximo ano para que finalmente possamos refutar as teorias conspiratórias que tiram do cidadão o sentimento de estabilidade capaz de assegurar o futuro da democracia no Brasil.

*Professor da Faculdade de História (FH/UFG)

“ NÃO HÁ BASE HISTÓRICA PARA FUNDAMENTAR TAIS TEORIAS, EMBORA SEJA POSSÍVEL REFLETIR SOBRE O NÍVEL DE ANSIEDADE PRESENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATURDIDA COM REFORMAS QUE MODIFICAM AS EXPECTATIVAS DE MILHARES DE BRASILEIROS ”

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

SICAD NÃO TERÁ MAIS CARGA HORÁRIA

A partir de abril, docentes da UFG não mais informarão carga horária ao Sistema de Cadastro de Atividades Docentes (Sicad), que gera o Relatório de Avaliação Docente (Radoc). A Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh) pretende, com a mudança, fazer das atividades, e não mais das horas, os mais importantes critérios de avaliação docente. “As horas davam uma certa tranquilidade. Agora o professor deverá ter mais cuidado, porque não existirá o campo horas para justificar seu trabalho. Ele vai precisar de uma justificativa melhor”, diz o pró-reitor Geci Pereira da Silva.

Africanos discutem cultura em Catalão

O seminário Africanidades recebeu dezenas de professores e estudantes africanos e brasileiros para debater temas ligados à África. Metodologias para aprimorar o ensino da cultura e da história do continente no Brasil foram os principais temas. E também o racismo.

“Nesse pouco tempo que estou (no Brasil), conheço perfeitamente (o racismo), até nas formas de olhares. Antes era mais difícil perceber. Depois foi ficando nítido. No ônibus, você senta e a pessoa levanta”, diz o professor Alexandre Timbane, de Moçambique, um dos coordenadores do evento. “É um racismo camuflado porque cria aparências de que tudo é normal. Mas há diferenças de oportunidades”, diz.

O evento ocorreu no início de março.



Fotos: Macloys Aquino

Serigne Ababacar, professor do Centro de Gestão e Negócios da Regional Catalão; e Alexandre Timbane, do mestrado em Estudos de Linguagem



Sumbrenhe N'Fanda e Jorgito Mapilele, estudantes de Senegal e Moçambique



Moussa Diabaté, professor de Pedagogia do Mali

Falsas

“Temos um levantamento que mostra a correlação entre as maiores pontuações no Radoc e produtividade, e essa correlação não é boa. Ou seja, essas horas podem ser falsas”, diz Geci.

Recursos

O Radoc – utilizado para avaliar desempenho docente em processos de progressão e promoções – também serve de modelo de alocação de recursos e vagas para as unidades.

Tradição

O modelo de avaliação docente na UFG começou com o professor Genésio Lima dos Reis, criador do Radoc, no início da década de 90.

Eleição

As eleições para reitor da UFG devem ocorrer ainda no primeiro semestre. Quanto mais cedo, menos debate, o que pode favorecer o candidato mais bem avaliado, Edward Madureira.

Voto eletrônico

As escolhas dos nomes para os conselhos superiores da UFG, que devem ocorrer até o fim de março, serão por votação eletrônica. A decisão foi anunciada no Consuni do dia 10 de março.

Piada

A plateia riu alto quando o professor Alexandre dos Santos, disse, na assembleia de mudança do estatuto, que o Adufg havia convocado os estudantes para inviabilizar a assembleia de greve do final do ano passado.

Sem boicote

Mariana Barbosa, membro do Mude – movimento de servidores que fazem oposição ao Sint-Ifesgo – diz que apesar das divergências políticas, não faz boicote ao sindicato.

Mesmo objetivo

“Em alguns momentos é necessário atuarmos juntos, porque somos uma mesma categoria. Atuamos um pouco dentro, um pouco fora, mas fazemos oposição”, diz ela, servidora do DDRH-UFG.

Adufg oferece oficina sobre alimentação equilibrada

O Adufg Sindicato oferece uma série de oficinas mensais gratuitas ao longo do ano para docentes sindicalizados. O objetivo é orientar sobre alimentação equilibrada e cuidados para evitar doenças crônicas (como diabetes e doenças cardiovasculares), manutenção do peso adequado, equilíbrio do perfil lipídico, regulação da pressão arterial e normalização dos níveis de açúcar e colesterol no sangue.

As oficinas contam com uma palestra explicativa do tema abordado, seguida da elaboração de pratos saudáveis pela nutricionista do Espaço de Cultura, Saúde e Lazer do Adufg. A primeira oficina ocorre dia 23 de março com o tema Fome Física e Fome Emocional. “Será explicado como diferenciar a fome real, que surge da necessidade do organismo por nutrientes, da fome emocional, que não é real, causada geralmente por estresse ou frustrações”, diz Karla Espiridião, nutricionista do sindicato.

Fome Física e Fome Emocional será apenas a primeira de uma série de oito oficinas integradas. Por isso Karla pede para que os professores que se interessarem não percam nenhuma edição, pois os temas de cada oficina são interrelacionados. Haverá uma oficina por mês. Confira no quadro.



- 23/03 - Fome Física e Fome Emocional
- 20/04 - Avaliação nutricional e dieta
- 18/05 - Orientação nutricional para uma vida Saudável
- 22/06 - Comer consciente
- 24/08 - Pirâmide alimentar
- 21/09 - Montando estratégias
- 19/10 - Dietas da moda
- 22/11 - Adesão alimentar

HORÁRIO
16H30 ÀS 18H

SERVIÇO

O Adufg oferece consultas com nutricionista a todos os filiados. Docente paga R\$ 100 pelo serviço de nutrição clínica, podendo fazer consultas quinzenais ou mensais. O objetivo é elaborar dietas personalizadas e ensinar reeducação alimentar. As consultas são feitas no Espaço Saúde, na Sede Administrativa do Adufg Sindicato.

Ser mulher é...

MARÇO
MÊS INTERNACIONAL
DA MULHER

Dinâmica

“SER MULHER NÃO É SER BELA, RECATADA E DO LAR. HOJE EM DIA SER MULHER É SER PROFISSIONAL, SER ESPOSA, SER MÃE. É SER UMA MULHER AMANTE”

ANDRÉA SANTOS -
PROFESSORA DA FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Decidida

“EU SEMPRE SOUBE QUE SER MULHER NÃO É SÓ DESEMPENHAR UM PAPEL. SE A MULHER QUER SE FIRMAR COMO PESSOA, COMO PROFISSIONAL E COMO SER SOCIAL, ELA TEM QUE SABER BEM O QUE QUER”

ANA CHRISTINA KRATZ
PROFESSORA APOSENTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Corajosa

“SER MULHER É MUITO GRATIFICANTE PORQUE NÓS ENFRENTAMOS MUITOS DESAFIOS E ASSIM PODEMOS VIVER INTENSAMENTE”

LEE CHEN CHEN
PROFESSORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Não fugir à luta



Reforma da Previdência pune o trabalhador para ajustar contas da União

A Reforma da Previdência, ou PEC 287, foi colocada em pauta em 2016, no mandato de Michel Temer (PMDB), e deve ser promulgada até junho deste ano. A equiparação de idade para aposentadoria de homens e mulheres e a restrição da aposentadoria por invalidez são alguns dos principais prejuízos.

O projeto está em fase de análise por uma comissão especial de 37 deputados. O passo seguinte é a análise da plenária da Câmara dos deputados federais e, posteriormente, a promulgação pelo Senado Federal.

Temer justifica que as mudanças são necessárias para reequilibrar as contas pú-

blicas do país. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, diz que, se a reforma não for aprovada, o orçamento da União será utilizado para cobrir o déficit da Previdência. Ou seja, sobraria menos dinheiro para outras áreas, haveria cortes de programas sociais e de investimentos do governo.

COMO É HOJE

Idade - Aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

Gênero - Homens se aposentam aos 65 anos e com 35 anos de contribuição. Mulheres se aposentam aos 60 anos de idade e com 30 anos de contribuição.

Valores - Quem se aposenta pode receber o salário integral e ter o direito à paridade em relação a reajustes da ativa.

Invalidez - Pode requerer aposentadoria por invalidez quem contrair doença ou lesão que incapacite ao trabalho.

Pensão - É possível acumular aposentadoria e pensão por morte. A pensão pode ser de 100% do teto do INSS mais 70% da quantidade que ultrapassar esse teto.



O QUE MUDA

Idade - Aposentadoria compulsória aos 75 anos.

Gênero - Homens e mulheres se aposentam aos 65 anos, com 25 anos de contribuição. Sempre que o IBGE computar o aumento de um ano na expectativa de vida do brasileiro, a idade para se aposentar também aumenta em um ano.

Valores - O valor a ser recebido será de 51% da média de suas remunerações ao longo da vida, mais 1% do valor total por cada ano de contribuição. Significa que, para receber 100% do valor recebido durante os anos de trabalho, é necessário contribuir durante 49 anos ininterruptos. Para atingir esse direito aos 65 anos de idade, por exemplo, é preciso começar a trabalhar aos 16.

Invalidez - Avaliação médica dirá se há condições de desempenhar alguma outra função no serviço público. O valor a ser recebido é de 51% da média da remuneração mais 1% para cada ano de contribuição.

Acidente de trabalho - O valor a ser recebido é de 100%, calculado pela média da remuneração durante o período trabalhado.

Pensão - 50% do valor total equivalente ao salário do servidor, mais 10% por dependente. Exemplo: uma viúva com um filho maior de 21 anos, cujo marido recebia um salário mínimo, receberá 60% de pensão. Filhos e filhas menores de 21 anos também se enquadram como dependentes. Fica proibido acumular aposentadoria e pensão por morte.

Abono permanência - O valor pago na aposentadoria por ano extra de contribuição poderá ser inferior ao valor contribuído.

Integralidade - A PEC revoga a aposentadoria aos 55/60 anos com paridade e integralidade.



AO LONGO DOS ANOS

1998

Servidor temporário passa a participar do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Surge a idade mínima para requerer aposentadoria.

2003

Fim da integralidade e paridade remuneratória do servidor público. Inclusão do abono permanência e da contribuição servidor aposentado.

2005

Cada ano de contribuição, além do tempo estipulado constitucionalmente, passa a reduzir em um ano o tempo de serviço.

Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades

“O Brasil não pode ficar fora do mundo real”, diz Maria Helena de Castro a dirigentes do Proifes

Ascom/Proifes-Federação



Secretária Maria Helena Castro ao centro, reunida com sua equipe e o presidente do Proifes, Eduardo Rolim, e o vice presidente, Flávio Alves da Silva (dir)

Em audiência com dirigentes do Proifes-Federação, a secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. A reunião, em Brasília, ocorreu no dia 16 de fevereiro passado.

Os dirigentes do Proifes haviam marcado o primeiro encontro do ano com o governo para apresentar a pauta de reivindicações da categoria: pontos não implementados do acordo de 2015, isonomia da carreira EBTT e o reajuste salarial deste ano. Mas a conversa, de quase uma hora, foi praticamente toda sobre as contas das universidades.

“Eu sou de universidade, defendo a educação pública, mas acho que temos de olhar para a situação real. Não podemos criar situações incompatíveis com o mundo que estamos vivendo, de queda de receita, de mudança no paradigma da economia do país. Nós só aumentamos em folha de pagamento”, começou a secretária, antes mes-

mo de Eduardo Rolim, presidente do Proifes, terminar de apresentar a pauta.

Logo depois a secretária citou as realidades do ensino superior em Portugal, Inglaterra, França e Alemanha. “Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real”, disse Maria Helena.

Foi quando Rolim comentou: “A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas, até por uma questão de realidade nacional, diferente do Brasil para os outros países”. E a secretária interferiu: “Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidades)”.

Maria Helena acredita que a USP, em crise financeira, logo começa a cobrar mensalidade. “E quando a maior universidade pública do país começar a cobrar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira”, disse a secretária.

Rolim tentou argumentar que a medida exigiria uma reforma constitucional. “Mas tudo é possível”, rebateu Ma-

ria Helena. “Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos”, concluiu. Rolim voltou o assunto à pauta de reivindicações do Proifes. Maria Helena saiu mais cedo da reunião e o governo ficou de marcar novo encontro com a Federação.

FHC

A necessidade de cobrança de mensalidade nas universidades federais foi fortemente defendida pelos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 1995 a 2002, período em que Maria Helena ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a mesma secretaria executiva do MEC.

O assunto ficou fora da pauta nacional por 13 anos, durante os governos do PT, momento em que as universidades e institutos federais, sob efeito do Reuni, experimentaram o maior crescimento de sua história. E voltou a ser mencionado em editoriais de jornais nacionais ano passado, assim que Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República.

DIÁLOGO

Maria Helena - Nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real.

Eduardo Rolim - A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas, até por uma questão de realidade nacional.

Maria Helena - Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidade). A USP vai começar e quando a maior universidade pública do país começar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira.

Eduardo Rolim - Mas esse é um debate que deve passar por uma reforma constitucional.

Maria Helena - Mas tudo é possível. Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos ”

QUEM É

Maria Helena Guimarães de Castro

- Socióloga, professora aposentada de Ciência Política da Unicamp

- Presidente do Inep entre 1995 e 2002 (governo FHC)

- Secretária executiva do MEC em 2002 (governo FHC)

- Secretária de Educação de São Paulo, de 2007 a 2009 (governo José Serra)

- Atual secretária executiva do MEC

‘Precisamos é de ampliar o acesso à educação superior’

Cobrança não é alternativa para financiar as universidades, afirma o reitor Orlando do Amaral

Carlos Siqueira / Ascom UFG

Jornal do Professor - A cobrança de mensalidade seria uma saída para a situação financeira da UFG?

Orlando Amaral - Não, não seria. Não consideramos essa possibilidade. Aliás, a própria Constituição Federal prevê a gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação nas universidades federais. É uma questão de princípio da gestão e do coletivo de reitores (Andifes) a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade nas universidades federais. Ademais, a eventual cobrança de mensalidades não se constituiria em alternativa ao financiamento das universidades, porque grande parte dos estudantes hoje não teria condições de pagar.

JP - Do ponto de vista das contas, isso teria impacto positivo?

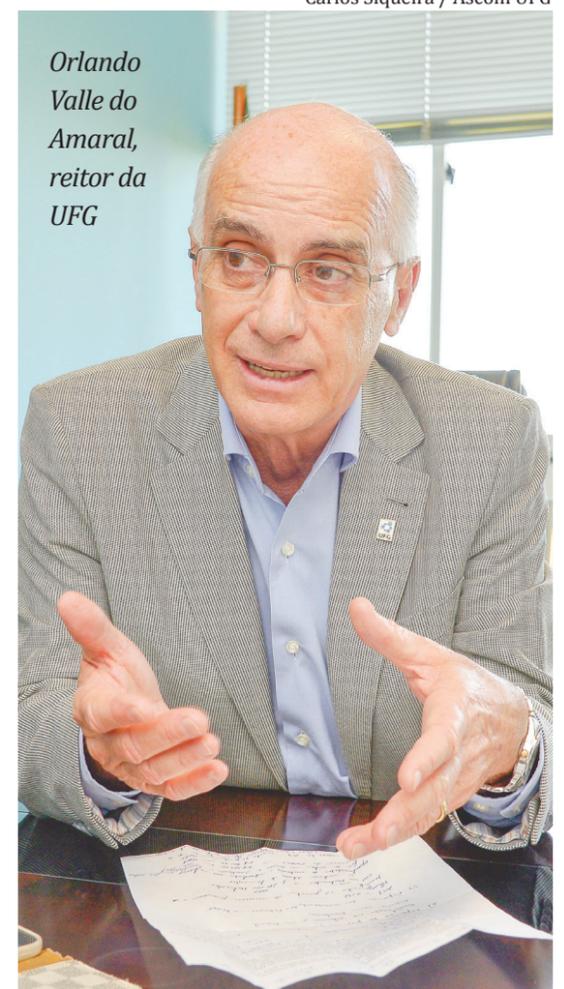
Orlando - A ampliação do orçamento da universidade decorrente da captação de recursos extra orçamentários é, em geral, positiva. Não se pode imaginar, no entanto, que as universidades federais sobreviveriam apenas, ou majoritariamente, com recursos de arrecadação própria. A UFG tem ampliado nos últimos anos o volume de recursos com atividades de prestação de serviços à comunidade, convênios, contratos, aluguéis e realização de concursos públicos, entre outros. Esses recursos compõem o orçamento da universidade,

sendo classificados como “receita própria”. No entanto, nos últimos anos vivemos uma situação bastante esdrúxula, absurda mesmo, em relação a esses recursos. Toda vez que elaboramos o orçamento da universidade, fazemos uma estimativa da arrecadação dessa receita. Muitas vezes, ao longo do ano, aparecem novas oportunidades, a universidade faz um novo concurso, um serviço a mais, e essa arrecadação excede o que foi estimado no orçamento. No passado calibrávamos essa estimativa de acordo com a realidade da arrecadação e isso, em algum momento do ano, era acrescentado ao orçamento. Essa sistemática mudou a partir dos questionamentos do TCU em relação aos decretos da então presidente Dilma. Por isso, e em função dos déficits orçamentários do governo nos últimos anos, o atual governo optou por não fazê-lo mais. Em 2015 a UFG teve uma receita própria superavitária da ordem R\$ 5 milhões e de R\$ 6 milhões em 2016. Então, aquilo que arrecadamos a mais, por esforço e mérito da universidade, não foi revertido para a UFG, mas serviu para reduzir a dívida da União. É um verdadeiro contrassenso. A universidade se esforça para fazer mais do que aquilo que estava previsto e não é premiada por isso, mas é punida. Neste contexto é razoável questionar se recursos

arrecadados por uma eventual cobrança de mensalidades não teria a mesma destinação.

JP - No contexto da realidade socioeconômica brasileira, a proposta é plausível?

Orlando - O número de jovens na educação superior no Brasil é muito baixo, seja nas universidades públicas ou privadas. Do total de alunos matriculados na educação superior no Brasil, 75% estão nas universidades particulares e apenas 25% estão nas públicas. Ou seja: 3/4 da população de estudantes matriculados nas universidades está nas particulares. Mais grave ainda é o fato de que o percentual de jovens na faixa de 18 a 24 anos matriculados nas universidades brasileiras – públicas e privadas – é muito baixo, cerca de 17%. O que está previsto no PNE (Plano Nacional de Educação) é que, até 2024, esse número chegue a 33%, atingindo um patamar comparável aos de países desenvolvidos. Nesse cenário, qualquer medida que restrinja ainda mais o acesso à educação superior, como a cobrança de mensalidades, caminha contra um projeto de país mais desenvolvido. Sem recursos adicionais e com a possibilidade de cobrança de mensalidade, não vamos atingir essa meta. O que precisamos é ampliar, e muito, o acesso à educação superior nas universidades brasileiras.



Orlando Valle do Amaral, reitor da UFG

“QUALQUER MEDIDA QUE RESTRINJA AINDA MAIS O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR, COMO A COBRANÇA DE MENSALIDADES, CAMINHA CONTRA UM PROJETO DE PAÍS MAIS DESENVOLVIDO”

Maria Helena diz lutar por autonomia plena das Ifes

A secretária executiva do MEC, Maria Helena de Castro, afirmou aos dirigentes do Proifes, durante a reunião em fevereiro, ser defensora da autonomia plena e lutar para que os recursos próprios gerados pelas universidades sejam convertidos em benefícios para as mesmas. Na entrevista acima, o reitor da UFG, Orlando Amaral, disse ser

um contrassenso o discurso de cobrança de mensalidade num contexto em que esses recursos próprios não retornam para as universidades.

“Acho um absurdo o MEC ter que assumir o papel de Estado pai. Nessa altura do campeonato não tem cabimento. Eu sou a favor da plena autonomia, da autonomia financeira. Se vira”, afirmou Maria

Helena. “Quando fui secretária executiva do MEC no governo Fernando Henrique, defendi a autonomia plena. O Paulo Renato (ministro) também defendia. Na época tentamos, não conseguimos”, disse.

“Eu pretendo conseguir (reverter os recursos próprios às universidades). O Ministério da Fazenda é favorável. O maior problema que estou tendo é com o

Planejamento (ministério). Não tem cabimento isso: um Hospital das Clínicas, como o de Porto Alegre e outros ótimos hospitais universitários que geram receita, não conseguem utilizar essa receita nem para comprar equipamentos. O esforço institucional não vale pra nada? Está errado isso. É uma batalha que vocês têm em mim uma grande aliada”, afirmou.



Fotos: Macloys Aquino

Adufg aprova novo estatuto

Assembleia teve maior parte de votos por procuração



Flávio Alves vota, ao lado do advogado Elias Menta



Alexandre dos Santos questiona a mesa



Observado por Peter Fischer e Ana Kratz, Alexandre contesta mudanças

Docentes da UFG aprovaram o novo estatuto do Adufg Sindicato no último dia 7 de março. Foram 328 votos favoráveis a todas as propostas apresentadas pela diretoria do sindicato. Apenas 22 votos foram contrários e houve duas abstenções.

Cento e seis docentes compareceram à assembleia, realizada no espaço de eventos da Sede Administrativa do sindicato. A quantidade de votos se deveu ao fato de que 17 professores tinham consigo 274 procurações para representar colegas. Eram, no total, 380 votantes.

A partir de agora, o sindicato assume caráter regional, se antecipando à criação das universidades federais de Jataí e de Catalão, o que deve ocorrer ainda esse ano. Comissões sindicais do Adufg nas regionais realizarão debates e organizarão votações, diminuindo a necessidade dos docentes destas regionais estarem em Goiânia para deliberações.

No novo texto, as assembleias gerais continuam encaminhando, discutindo, formulando propostas e deliberando. Apenas para destituir diretorias, alterar o estatuto, decidir sobre greve e dissolver a entidade, as decisões ocorrerão exclusivamente da seguinte forma: imediatamente após os debates, terá início o processo de votação em urnas físicas ou eletrônicas. A ideia é aumentar a participação de docentes sindicalizados. O plebiscito deve ter duração mínima de 48 horas e, assim que chegar ao fim, o resultado será proclamado e a assembleia finalizada.

Para deflagrar greve, a partir de agora, será exigida a participação mínima, na votação, de 30% dos sindicalizados, com voto favorável da maioria simples. O texto final, com o novo estatuto, está divulgado no site e nas redes oficiais do Adufg Sindicato.



Domenico Hur, Hugo Fonseca e Fernando Lacerda estudam o estatuto



Flávio Alves conduz a mesa da assembleia



Jefone Rocha faz encaminhamento à mesa



Maria de Andrade Echegaray participa da votação

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Macloys Aquino

*Tanezini:
"Queríamos
conciliação,
enquanto eles
(Andes) queriam
confronto"*



O afastamento definitivo do Andes

Em 2007, um ano depois de se filiar ao Proifes-Federação, a Adufg, que já havia pedido a desfiliação, parou de depositar sua contribuição sindical ao Andes. O estatuto da associação dizia que, se a seção filiada acumulasse três meses de inadimplência, esta seria desligada. Mesmo assim, o sindicato nacional não reconheceu a desfiliação.

Para se resguardar, a diretoria da Adufg, que ainda era assosiação, passou a depositar o valor mensal da contribuição em conta poupança. "Já que eles não reconheciam a nossa desfiliação, passamos a recolher numa conta em separado", lembra o ex-presidente da Adufg, Carlos Alberto Tanezini.

"Esperávamos uma ação na Justiça e, para nos antecipar, foi como se tivéssemos feito depósitos em juízo. Se a decisão fosse desfavorável, pagaríamos", lembra o professor aposentado do ICB. A ação veio mais de um ano depois, em nome da Regional Planalto do Andes, representada por cinco docentes da UFG. Cobravam o que era devido em mensalidades.

" Fizemos a contestação, alegamos que não queríamos mais ser filiados ao Andes e que eles não aceitavam. Explicamos para o juiz que tínhamos o depósito para eventual acerto dessa desavença", lembra Tanezini. A Adufg havia acumulado algo em torno de R\$ 80 mil, mas o Andes cobrava valor bem acima disso. Alegava correções, multas, e se recusou a receber.

Foi quando veio a decisão: Adufg ficou isenta de pagar qualquer valor, já estava desfilada. E o juiz ainda imputou custas e multa, no valor de R\$ 25 mil, aos cinco filiados que moveram a ação. "Depois não acompanhei mais, nem sei se pagaram. Só sei que isso culminou no afastamento definitivo da Adufg e do Andes", conta o professor.

"Não queríamos dever para ninguém, reconhecíamos a dívida. E a



Arquivo Adufg

Emanuel de Oliveira, Carlos Tanezini, Romualdo Pessoa e Rui Hiroshi, todos ex-diretores da Adufg

Justiça entendeu que nós queríamos conciliação, enquanto eles queriam confronto. Tínhamos a boa vontade e eles queriam minar a assosiação", lembra.

A relação com o sindicato nacional já era conflituosa de antes. Diretorias anteriores da Adufg reclamavam que as decisões eram tomadas na cúpula do Andes, que apenas repassava as orientações daquilo que a categoria deveria fazer.

Em 2015 a Adufg, que até então era uma associação, teve o seu registro sindical reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Desde então, passou a ser o Adufg Sindicato, que representa jurídica e politicamente os docentes de todas as universidades federais de Goiás.

UFG prima por ações de extensão com qualidade

Somos a primeira colocada em programas do edital do Proext; proporcionalmente, regionais produzem mais

Nos últimos anos os projetos de extensão da UFG amadureceram e a qualidade das ações aumentou, segundo a equipe da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec). Em quantidade, a universidade também deu um salto, que coincide com o período do Reuni. De 250 ações realizadas em 2005, a instituição passou a 2.430 em 2016.

A UFG foi destaque nacional dentre todas as instituições que participaram do último edital do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Governo Federal. Ficou em primeiro lugar no número de programas e em terceiro de propostas aprovadas. A universidade também é a segunda do país em total de recursos captados, com R\$ 2.709.105,79.

Proporcionalmente, as regionais do interior produzem mais extensão do que Goiânia, que registrou 1.613 ações no ano de 2016. Jataí é a segunda que mais produz, com 370, seguida de Catalão, com 274 e Goiás, com 72.

A Faculdade de Enfermagem (FEN) se destacou no Proext 2016, com dois projetos e um programa aprovados, todos com a nota máxima. Pró-reitora adjunta da Proec, professora Claci Fátima Rosso, também da FEN, explica: “A faculdade desenvolve projetos que trabalham com aspectos de condições de saúde e sociais, com indivíduos em situações vulneráveis”.

Institucionalização

Um dos focos da atual gestão da Proec é a institucionalização da extensão na UFG. Isso inclui a modificação do Estatuto da universidade, que passou a garantir uma porcentagem fixa do orçamento para a extensão.

Outra medida foi o incentivo à participação em editais de fomento, com a capacitação de docentes para a elaboração dos projetos e a execução de recursos captados. A institucionalização inclui, ainda, a criação de órgãos suplementares de extensão, como o Centro Cultural UFG e o Museu de Ciências.

O incentivo para os docentes publicarem em periódicos também é essencial para a qualidade da extensão acadêmica. “Precisamos de boas revistas, bem qualificadas, que publiquem os artigos. O CNPq oferece a possibilidade de cadastrar extensão no currículo *Lattes*. Mas é preciso mais opções de periódicos que aceitem produtos da extensão”, afirma Giselle Ottoni, pró-reitora de Extensão e Cultura.

Os periódicos de extensão no Brasil são poucos. Por isso, a universidade investe na produção da Revista UFG e divulga a troca de conhecimentos entre a academia e a sociedade, além de funcionar como uma prestação de contas. “A universidade faz muita coisa que não consegue mostrar. Esse é um grande desafio para a gestão”, diz o coordenador de Cultura da Proec, professor Eduardo Meirinhos.

Macloys Aquino



A Revista UFG é um espaço para docentes publicarem resultados das ações de extensão

“ PRECISAMOS DE BOAS REVISTAS, BEM QUALIFICADAS, QUE PUBLIQUEM OS ARTIGOS. MAS É PRECISO MAIS OPÇÕES DE PERIÓDICOS QUE ACEITEM PRODUTOS DA EXTENSÃO ”

Giselle Ottoni
pró-reitora de Extensão e Cultura

Esforço para vencer o assistencialismo

NÚMEROS

1.613

ações de extensão realizadas na Regional Goiânia em 2016

5.893

docentes envolvidos em ações de extensão em 2016

21.830

estudantes envolvidos (quando participam de mais de um projeto, são computados mais de uma vez)

14

ações da UFG foram aprovadas no último edital do Proext

QUEM MAIS PRODUZIU EXTENSÃO EM 2016

Regional Jataí

370

Regional Catalão

264

Emac

143

EVZ

120

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja direcionada para a extensão universitária. Segundo o documento, a prioridade são as ações sociais. A equipe da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec) da UFG defende que um dos princípios básicos da extensão é a troca entre os conhecimentos científico e popular. Com o tempo, essa troca foi associada a assistencialismo, preconceito que a pró-reitoria supera aos poucos.

“Por muito tempo, a extensão funcionou de forma assistencialista. Hoje, a extensão de qualidade tem o caráter de formação do estudante e de reconhecer o conhecimento que existe em outros segmentos da sociedade”, diz Giselle Ottoni, pró-reitora.

Os dados da Proec demonstram que a extensão tem cumprido o papel de contribuir com a formação acadêmica na UFG. Em 2012 foram 13.847 estudantes de graduação e de pós-graduação envolvidos em ações. Em 2016, o número subiu para 21.830.

Outro aspecto importante é a apropriação do conhecimento pela comunidade externa, uma espécie de emancipação. Além disso, a equipe da Proec explica que

a participação da comunidade envolvida deve ocorrer, também, durante a elaboração, e não apenas na execução dos projetos de extensão.

“Eu não diria que a extensão universitária deve, necessariamente, trabalhar apenas com a inclusão. Mas sim com a troca de conhecimento em todos os segmentos da sociedade”, diz Giselle. Desenvolvimento tecnológico, educacional e inovação são alternativas, principalmente quando há parcerias com outras empresas.

Vocação

No ensino superior brasileiro, estudantes devem ter acesso ao tripé e poder participar de ações de ensino, pesquisa e extensão, para reforçar a formação. E a UFG entende não ser obrigatoriedade de todos os docentes cumprir o tripé, mas valorizar a vocação de cada profissional.

“Existem vocações, pessoas boas em dar aula, bons pesquisadores ou bons extensionistas. As unidades, escolas e faculdades devem estar preparadas para oferecer aos estudantes a oportunidade de participar desses projetos ao longo da formação acadêmica”, afirma Claci Rosso, pró-reitora adjunta da Proec.

Macloys Aquino



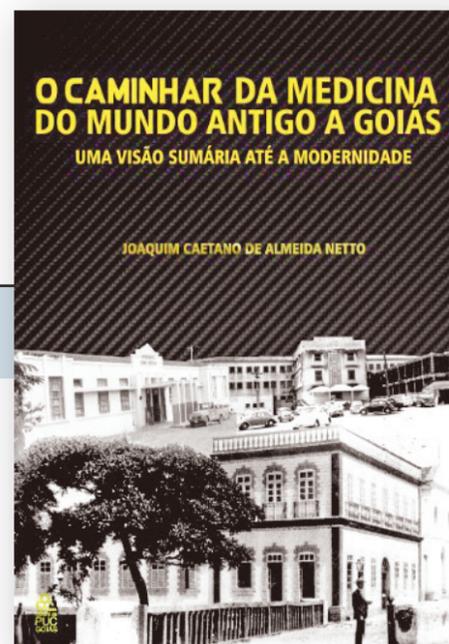
Equipe da Proec: coordenador de Cultura Eduardo Meirinhos, pró-reitora Giselle Ottoni e pró-reitora adjunta Claci Rosso

Arquivo pessoal



Na contramão da Medicina mercantil e corporativa

O Caminhar da Medicina do Mundo Antigo a Goiás, do professor aposentado Joaquim Caetano de Almeida Netto (IPTSP), incentiva estudantes de Medicina a terem uma visão sumária, cronológica e abrangente sobre o desenvolvimento da atividade, desde sua criação até os dias atuais. O livro expõe o caminho da Medicina, do mundo antigo até a modernidade, a evolução no Brasil e consolidação no Estado de Goiás. A vivência como professor e a constatação do desinteresse dos jovens estudantes instigaram Joaquim a escrever sobre as origens e a evolução dos cuidados da saúde humana, temas de suma importância para a formação do médico. O autor se dirige aos jovens médicos e estudantes da área da saúde, para criar ampla perspectiva sobre essa prática milenar, mantendo o objetivo principal da Medicina: o caráter humanístico e beneficente na assistência aos pacientes. “Na contramão do extraordinário avanço, a Medicina está se impregnando cada vez mais pelo viés mercantil e pelo perfil corporativo que ameaçam sua sustentabilidade tanto no segmento público como no complementar, tornando-a inacessível à grande maioria da população brasileira, um enorme desafio para as futuras gerações de médicos”, afirma Joaquim.



O Caminhar da Medicina do Mundo Antigo a Goiás

Joaquim Caetano de Almeida Netto / Editora da PUC Goiás/ 143 páginas

Com base em estudos da microbiologia e bacteriologia no final do século XIX, traz uma análise do processo de elaboração da enfermidade. A análise é feita com base em discursos médicos e políticos, valorizando as transformações no processo de transformação da medicina.

Desconstruindo Sofia

Solemar Oliveira / Editora UFG / 193 páginas

O romance é um mosaico sobre a degradação psicológica de um homem obcecado em encontrar sua ex-mulher. Madrugada adentro, pelas zonas de prostituição de uma cidade não nomeada, o personagem se torna suspeito de um assassinato em um hotel barato.



Óleo de pequi como coletor na microflotação de apatita

Tatiane Carvalho Silva / Editora UFG / 130 páginas

Uma nova perspectiva sobre o uso do mais popular fruto do Cerrado brasileiro, o pequi. O livro revela que o uso não se limita apenas à culinária. A autora mostra como o pequi é aplicado também em processos de mineração.

Candomblé: discurso em transe

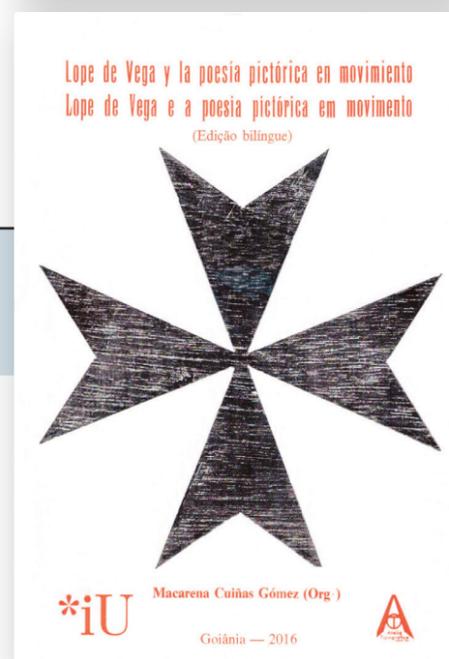
Mario Pires de Moraes-Junior / Editora UFG / 144 páginas

Danças ritualísticas, festas públicas e transe mediúnico. Com base nessas temáticas, é feita uma análise do transe mediúnico no Candomblé Ketu por meio de um olhar linguístico-discursivo e antropológico.

Lope de Vega y la poesía pictórica en movimiento (edição bilíngue)

Macarena Cuiñas Gómez / Editora UFG / 40 páginas

Uma das coletâneas mais importantes da poesia barroca espanhola, contendo uma seleção de dez sonetos incluídos nas Rimas humanas y divinas del licenciado Tomé de Burguillos (1634), escrito por Lope de Vega Carpio (1562-1695).



Olhares da EVZ

Fotos: Macloys Aquino



Foto 1
Debora Sousa, graduanda de Medicina Veterinária, cuida de Spirit, cavalo de lida da escola

Foto 2
Professora Lúcia Gambarini (camisa florida) orienta as estudantes Morgana de Araújo, Edimêe Curado e Joel Souza em atividade reprodutiva de éguas

Foto 3
Éguas aguardam para ser submetidas à análise de ultrassom em baias

Foto 4
Antonio Sousa opera o micrótomo. Técnico em Histologia da UFG há 42 anos, ele fez questão de explicar o funcionamento de cada equipamento do Laboratório de Histopatologia

Foto 5
Com seus coloridos, aranhas ornaram as baias onde são realizadas análises em equinos, perto do Hospital Veterinário

Foto 6
Porta de entrada do crematório, na Sala de Necrópsia

Foto 7
Lorena Cintra é a nova servidora do Laboratório de Histopatologia, colega de Antonio

Foto 8
Trator de lida usado há mais de 30 anos na Escola de Veterinária e Zootecnia



‘Eu trabalho enquanto tiver alegria’

O bom humor da professora do ICB torna a vida acadêmica bem mais leve

De riso fácil e mente ágil, Lee Chen Chen é uma mulher persistente e sempre de bem com a vida. De tão calma, chega a se irritar por não conseguir ser mais dura em situações em que é preciso apertar. A complexidade no aprendizado dos ideogramas chineses despertou em Lee, desde criança, a dedicação e a disciplina necessárias para uma vida de estudos.

“Eu não tenho um grande dom para pintar, mas eu gosto de arte. Acho que por isso eu me casei com um artista”, conta a professora titular do ICB, que voltou a estudar piano há três anos. Durante a adolescência aprendeu a tocar, mas a vida acadêmica a distanciou do instrumento por muito tempo. Além de mandarim e português, Lee fala inglês e cantonês. Mas desde criança a grande paixão sempre foi por exatas. Por isso fez graduação em Física. A partir daí, nunca deixou de desbravar o mundo da ciência.

Do pai, a professora herdou o jeito *bon vivant*. Já o auto-controle e a racionalidade são heranças da mãe, sempre rígida em relação aos estudos. “A minha mãe é uma pessoa que tem visão de que estudar é bom. Os chineses, de modo geral, têm essa visão”, afirma.

Vida

Da China para o Brasil, com uma pequena parada em Macau, Chen Chen conheceu o pai já na pré-adolescência. Ele havia migrado 12 anos antes, fugindo do regime de Mao Tsé-Tung. A grande dificuldade de Lee foi com a língua, que estudou arduamente para ser admitida em um colégio estadual de São Paulo. “Estar em um lugar em que eu não entendia a língua foi difícil. Foi muito bom pra eu enfrentar a vida”, relembra.

No Rio de Janeiro, na década de 70, a construção das usinas de Angra dos Reis intensificou as pesquisas sobre energia nuclear e a motivou ao mestrado em Radiobiologia e Fotobiologia na UERJ. Mais tarde, quando aconteceu o acidente radioativo do Césio 137, Lee se mudou para Goiânia, para participar do Núcleo de Acompanhamento de Acidentes Radiológicos de Goiânia (NUAC).

“ PARA SERMOS
BONS
PROFISSIONAIS,
PRECISAMOS
PRIMEIRO SER
BOAS PESSOAS,
QUE CONTRIBUEM
E QUE FAZEM
BEM PARA
OS OUTROS ”

Lee Chen Chen
professora do ICB

Pelo clima quente, a natureza e a pouca poluição, Chen Chen ficou na cidade, se casou, engravidou de Tai Hsuan-an, companheiro desde São Paulo, hoje professor da PUC Goiás. Durante os anos de doutorado, voltou para o Rio de Janeiro e passou muito tempo alternando os estudos com as vindas a Goiânia.

A distância das filhas foi dolorida e as dificuldades foram intensificadas com a morte do orientador de doutorado, professor Roberto Alcântara (UFRJ). Por isso Lee migrou de área, foi para Radiobiologia.

Cerrado

Quando retornou a Goiânia, ingressou em uma nova fase de sua vida acadêmica. Passou a realizar investigações de princípios ativos das plantas medicinais do Cerrado. As pesquisas evoluíram e hoje tratam de avaliar atividades toxicogênicas dessas plantas. Atualmente, é no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) onde Lee Chen Chen se dedica à vida acadêmica, ensinando às novas gerações e acompanhando atentamente o sucesso de antigos alunos. Com a energia contagiante e a alegria de viver tão características, diz que pretende trabalhar até morrer. “Eu vou trabalhar enquanto eu ainda tiver alegria pra contribuir”.

Satisfação

“Para sermos bons profissionais, precisamos primeiro ser boas pessoas, que contribuem e que fazem bem para os outros”, diz. É o lema da professora. Ela acredita que a felicidade da vida está no conjunto de aspectos bem sucedidos. No trabalho, se satisfaz com o sucesso dos alunos e as contribuições de suas pesquisas.

Ao falar da família, transmite a tranquilidade de quem sabe que as filhas conseguem vencer etapas e diz que a convivência com o marido só melhora com o passar dos anos. A absorção no trabalho é compensada por viagens que fazem juntos todos os anos.

As diferenças culturais, de clima e da língua de outro país não foram empecilho para que Chen Chen se tornasse uma cientista respeitada, professora titular da UFG. “A gente precisa ser forte para enfrentar o que vier, tem que ter coragem para enfrentar tudo. A vida é passageira, precisamos tentar viver positivamente enquanto estivermos com saúde e alegria”.